

CONSTITUIÇÃO

**Câmara dos
Deputados**





INSTITUTO
FERNANDO MOURA
DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

CONSULTORIA E CURSOS ESPECIAIS

GABINETE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Excelência no ensino da Língua Portuguesa

www.institutofernandomoura.com.br

PORTUGUÊS ULTIMATO MENTORIA CÂMARA DOS DEPUTADOS

AULA 9 - SIMULADO

Professor Fernando Moura

Correção: 3/3, às 20h, no YouTube (Fernando Moura Português)

Câmara dos Deputados

Elaboração: Professor Fernando Moura

Hora de testar as suas habilidades linguísticas! Lembre-se de que o mais importante é o processo de construção do conhecimento. No dia da prova, você dará o melhor de si!

TEXTO I

A Câmara estava cheia naquele dia, e o rumor das conversações misturava-se ao arrastar das cadeiras e ao bater das bengalas no soalho. Não era sessão de grandes debates, mas havia curiosidade, porque se tratava de matéria que dividia os partidos e acendia paixões. Alguns deputados falavam com calor, outros com tédio; uns defendiam princípios, outros apenas pessoas.

Pedro e Paulo, sentados em pontos diversos da sala, escutavam com atenção desigual, conforme lhes convinha à opinião. A política, para eles, não era somente convicção, mas também combate — e combate pessoal. Quando um orador subia à tribuna, logo se adivinhava de que lado vinha; as palavras podiam variar, mas o fundo era sempre o mesmo, como acontece às ondas do mar.

O presidente agitava a campainha, pedindo ordem, e a ordem vinha por instantes, para logo ceder lugar ao murmúrio. Era a vida parlamentar em sua

expressão mais viva: ambição, eloquência, vaidade e esperança, tudo reunido sob o mesmo teto, como se ali se condensasse a própria nação.

ASSIS, Machado de. Esaú e Jacó. Rio de Janeiro: Garnier, 1904 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto.

1 Depreende-se do texto que, no ambiente parlamentar descrito, as divergências políticas ultrapassam o campo das ideias e assumem caráter pessoal entre os envolvidos.

2 Infere-se do texto que a sessão parlamentar era considerada irrelevante, razão pela qual o plenário se encontrava esvaziado e sem interesse dos presentes.

3 A comparação entre as palavras dos oradores e as ondas do mar (terceiro período do segundo parágrafo) indica que, apesar de variações na forma, os discursos mantinham conteúdos semelhantes conforme a posição partidária de cada um.

4 A atuação do presidente da sessão, ao agitar a campainha, mostra-se plenamente eficaz para restabelecer a ordem de maneira duradoura no plenário.

5 O sujeito sintático do verbo “dividia” (segundo período do primeiro parágrafo) é o termo “matéria”.

6 Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência do texto caso se substituísse a forma verbal “bater” (segundo período do terceiro parágrafo) por **baterem**.

7 No último período do texto, a palavra “tudo” tem valor apositivo e acrescenta aos antecedentes a ideia de resumo ou recapitulação.

8 A oração “de que lado vinha” (terceiro período do segundo parágrafo) classifica-se em subordinada substantiva subjetiva.

TEXTO II

Entre as numerosas vantagens prometidas por uma União bem constituída, nenhuma merece ser mais cuidadosamente examinada do que a sua tendência a romper e controlar a violência das facções.

O amigo dos governos populares nunca se sente tão alarmado quanto ao seu caráter e destino como quando contempla a propensão que eles têm para esse perigoso vício.

Por facção, entendo um certo número de cidadãos, quer constituam maioria, quer minoria do todo, que são unidos e movidos por algum impulso comum de paixão ou de interesse, contrário aos direitos de outros cidadãos ou aos interesses permanentes e coletivos da comunidade.

Há dois métodos para remediar os males das facções: um consiste em remover suas causas; o outro, em controlar seus efeitos. Se o impulso e a oportunidade coincidirem, sabemos bem que nem motivos morais nem religiosos podem ser considerados um freio suficiente.

A conclusão a que chegamos é que as causas das facções não podem ser removidas e que o alívio só deve ser buscado nos meios de controlar seus efeitos.

MADISON, James. O Federalista nº 10. In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O Federalista. 1787–1788 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir com base nas ideias, na tipologia e nas estruturas linguísticas do texto.

9 Quanto à tipologia, o texto é, predominantemente, dissertativo-argumentativo.

10 De acordo com o texto, as facções são definidas como grupos de cidadãos movidos por interesses ou paixões comuns que podem contrariar direitos de outros ou interesses coletivos da comunidade.

11 Infere-se do texto que a melhor solução para os problemas causados pelas facções consiste na eliminação completa de suas causas, por meio de mecanismos institucionais adequados.

12 O autor sustenta que, quando impulso e oportunidade coincidem, motivações morais ou religiosas não são suficientes para impedir ações prejudiciais decorrentes das facções.

13 O último período do texto pode, sem prejuízo sintático-semântico, ser assim reescrito: **A conclusão a qual chegamos é que não se podem remover as causas das facções e que só deve-se buscar o alívio nos meios de controlar seus efeitos.**

14 No primeiro período do quarto parágrafo, a vírgula registrada após “outro” é opcional.

15 Em “do que” (primeiro parágrafo), a forma “do” pode ser eliminada sem prejuízo para a correção gramatical e a coerência textual.

16 No primeiro período do quarto parágrafo, a forma verbal “Há” pode ser substituída por “**Existe**” sem prejuízo para a correção gramatical e para os sentidos do texto.

17 Os vocábulos “é” e “que”, após “chegamos” (último parágrafo), poderiam ser suprimidos, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, visto que constituem expressão de realce sem função sintática no período em que se inserem.

18 Os vocábulos “morais”, “religiosos” e “suficiente” (segundo período do quarto parágrafo) desempenham igual função sintática.

TEXTO III

A política não é, como muitos supõem, a arte de governar os outros, mas antes a de governar a si mesmo, para servir à coletividade. Não há poder legítimo onde não haja responsabilidade; nem autoridade digna, onde não haja consciência. O Parlamento, quando fiel à sua missão, é o espelho das aspirações nacionais, o fórum onde se debatem interesses, mas também onde se elevam princípios. Desgraçada a nação em que os representantes do povo se divorciam do povo e fazem da tribuna instrumento de ambição pessoal, em vez de templo da justiça e da liberdade. Porque a política, sem moral, é a negação da própria política; e o poder, sem limites, é a negação do próprio poder. Servir ao país não é explorar-lhe as fraquezas, mas fortalecer-lhe as virtudes; não é alimentar paixões, mas orientar consciências. Eis a verdadeira grandeza da vida pública.

Julgue os itens a seguir com base nas ideias e nas estruturas linguísticas do texto.

19 As duas ocorrências do pronome “lhe” (sexto período) traduzem, textualmente, a ideia de posse.

20 Em “Não há poder legítimo onde não haja responsabilidade” (segundo período), o vocábulo “onde” admite a substituição por “no qual”, sem prejuízo para as relações coesivas e semânticas do texto.

21 De acordo com o texto, a legitimidade do poder político está condicionada à existência de responsabilidade e consciência por parte de quem o exerce.

22 Infere-se do texto que o Parlamento deve prescindir das demandas populares, ainda que isso implique afastamento das demandas pessoais dos representantes.

23 O verbo “divorciar” (quarto período) foi empregado em sua forma pronominal.

24 O vocábulo “Porque” (quinto período) admite a substituição por “Conquanto”, sem comprometimento da correção gramatical e da coerência textual.

25 As estruturas “se debatem” e “se elevam” (terceiro período) não revelam indeterminação do sujeito, mas evidenciam indeterminação do agente.

Uma vaga na Câmara dos Deputados será SUA!

Forte abraço!

Professor Fernando Moura